



LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 21.540.697/0001-63 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

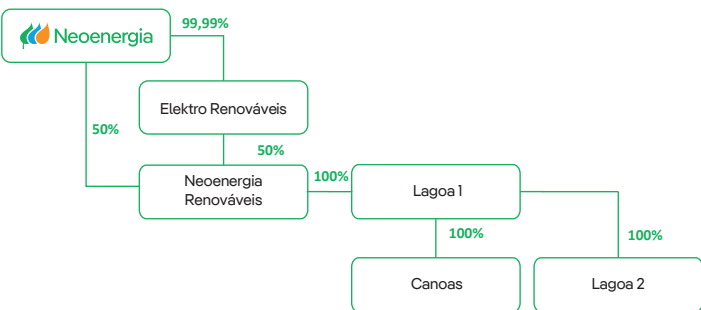
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2024, a Lagoa 1 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. LAGOA 1

A Companhia Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB). A Companhia Lagoa 1 é controladora direta dos parques eólicos Lagoa 2 e Canoas.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - COEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038. Lagoa 1 possui 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 16,3 MWh. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição. No ano de 2024, o Parque Eólico gerou 128.240 MWh.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	82.169	81.144	26.434	25.915
Custos dos serviços	(39.829)	(44.828)	(12.686)	(15.558)
Custos com energia elétrica	4	(4.682)	(8.143)	(1.456)
Custos de operação	4	(35.147)	(36.685)	(12.692)
Lucro bruto	42.340	36.316	13.748	10.357
Perda de crédito esperadas	9.1	(2)	(1)	(1)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(2.254)	(1.364)	(1.117)
Equivalência Patrimonial	11	-	-	-
Lucro operacional	40.084	34.954	41.423	39.918
Resultado financeiro	(20.075)	(16.694)	(25.643)	(28.459)
Receitas financeiras	10.200	13.182	3.883	2.866
Despesas financeiras	(30.326)	(31.953)	(29.576)	(31.390)
Outros resultados financeiros, líquidos	117	77	50	65
Lucro antes dos tributos	20.075	16.260	15.780	11.459
Tributos sobre o lucro	7.1	212	1.491	4.507
Correntes	(4.295)	(401)	-	-
Diferido	4.507	6.292	4.507	6.292
Lucro líquido do exercício	20.287	17.751	20.287	17.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	20.287	17.751	20.287	17.751
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	20.287	17.751	20.287	17.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Lagoa 1" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis S.A. (50%). Lagoa 1 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, localizado nos municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi (PB). A Lagoa 1 é controladora direta das Companhias e parques eólicos Canoas e Lagoa 2 (conjuntamente com a Lagoa 1, o "Grupo"). Lagoa 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 335 de 03/08/2015, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 38 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - COEAR, com data de início de suprimento em 01 de janeiro de 2019 e vigência até 31 de dezembro de 2038. Lagoa 1 conta com a implantação dos 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 31,5MW e energia contratada de 16,3 MWh. A operação deste parque não está sob coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, por estar conectado diretamente na rede de distribuição. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Assegurada (MW med)	Concessão	Data de Autorização	Vencimento
Canoas	São José do Sabugi - PB	31,5	17,7	03/08/2015	03/08/2050	
Lagoa 2	Santa Luzia - PB	31,5	17,5	03/08/2015	25/07/2050	

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2024 apresentou capital circulante líquido ("CCL") negativo de R\$ 9.943 na Controladora (R\$ 12.233 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se comprometerá a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros e Mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco líquido e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominada ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos envolvidos a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Receíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	29.909	27.779	7,67
Receita Operacional Líquida	26.434	25.915	2,00
Margem Operacional Líquida	13.548	10.357	30,81
EBITDA	48.466	46.769	3,6
Resultado Financeiro	(25.643)	(28.459)	(9,89)
Lucro Líquido	20.287	17.751	14,29
Margem Operacional (%)	51,25%	39,97%	11,29
Margem EBITDA (%)	183,35%	180,47%	2,88
Margem Líquida (%)	76,75%	68,50%	8,25

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/24	dez/23	Variação %
Ativo Total	618.715	605.769	2,14
Dívida Bruta	287.487	297.238	(3,28)
Dívida Líquida ⁽³⁾	214.157	283.740	(24,52)
Patrimônio Líquido	252.442	290.396	(13,07)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/24	dez/23	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	4,42	6,07	(27,17)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	20.287	17.751	2.536	14,29
Receitas financeiras (B)	3.883	2.866	1.017	35,48
Despesas financeiras (C)	(29.576)	(31.390)	1.814	(5,78)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	50	65	(15)	(23,08)
Imposto de renda (E)	4.507	6.292	(1.785)	(28,37)
Depreciação e Amortização (F)	(7.043)	(6.851)	(192)	2,80
EBITDA = (A+B-C+D+E+F)	48.466	46.769	1.697	3,63

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20.287	17.751	20.287	17.751
Lucro líquido do exercício	20.287	17.751	20.287	17.751
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	20.643	20.156	7.043	6.851
Baixa de ativos não circulantes	196	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(28.993)	(29.921)
Tributos sobre o lucro	(212)	(1.491)	(4.507)	(6.292)
Resultado financeiro, líquido	20.009	18.693	25.643	28.459
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(4.428)	2.224	(1.815)	1.115
Fornecedores e contas pagar	(3.566)	(1.140)	(1.471)	(710)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(1.032)	(2.414)	(148)	(216)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	19.165	(24.801)	6.662	(9.752)
Outros ativos e passivos, líquidos	(1.261)	(1.216)	(494)	(446)
Caixa líquidos proveniente das operações	69.801	27.762	22.207	6.839
Dividendos recebidos	-	-	33.118	21.773
Encargos de dívidas pagas	(23.807)	(25.383)	(23.807)	(25.383)
Rendimento de aplicação financeira	10.184	13.133	3.944	2.882
Tributos sobre o lucro pagos	(2.841)	(3.215)	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	53.337	12.297	35.462	6.111
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(5.718)	(2.175)	43.037	27.597
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.843)	(2.482)	(4.985)	(624)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	-	(897)	-	(897)
Resgate de títulos e valores mobiliários	125	1.204	22	540
Resgate de ações	-	-	48.000	28.578
Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos	(5.718)	(2.175)	43.037	27.597
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	229	-	229	-
Captação de empréstimos e financiamentos	(24.517)	(24.604)	(24.517)	(24.604)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	9.745	(8.567)	9.745	(8.567)
Depósitos em garantias	(4.215)	(2.114)	(4.215)	(2.114)
Remuneração paga aos acionistas	(18.758)	(35.285)	(18.758)	(35.285)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(28.861)	(25.163)	59.741	(1.577)
Caixa e equivalentes no início do exercício	74.075	99.238	12.454	14.031
Caixa e equivalentes no fim do exercício	102.936	74.075	72.195	12.454
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão para desmantelamento	1.854	2.234	618	745
Provisão ambiental	288	60	60	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortizações lineares ao longo dos anos e debêntures de infraestrutura.

(Em R\$ mil)

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante
Principal	51.208	55.922	60.224	47.238	46.783	182.043
Juros	22.235	20.431	17.980	15.259	12.920	27.293
Total	73.443	76.353	78.204	62.497	59.703	209.336

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses. Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 21.979 referentes à auditoria das demonstrações financeiras, dos quais R\$ 18.296 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 3.683 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como relatório de asseguração limitada sobre Covenants. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Lagoa 1 Energia Renovável S.A. ("Lagoa 1"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Lagoa 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Lagoa 1. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeita a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Lagoa 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	102.936	74.075	72.195	12.454
Contas a receber de clientes e outros	9	13.118	8.690	4.449	2.634
Tributos sobre o lucro a recuperar		1.033	1.138	739	674
Outros tributos a recuperar		157	268	29	27
Div					



Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativas listadas acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (TCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornará as sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente às entidades que (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Fornecimento de energia	88.062	83.826
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	443	1.011
Receita operacional bruta	88.505	84.837
PIS e COFINS	(5.946)	(3.334)
Encargos setoriais (*)	(390)	(359)
Receita operacional líquida	82.169	81.144

(*) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE).

3.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, porém a perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Compra por revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(590)	(1.077)
Energia curto prazo - PLD (*)	(998)	(117)
Outros	(50)	(42)
Subtotal	(1.638)	(1.236)
Créditos PIS e COFINS	6	76
Total	(1.632)	(1.160)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de uso do sistema de distribuição	(3.272)	(7.194)
Subtotal	(3.272)	(7.194)
Créditos de PIS e COFINS	222	211
Total	(3.050)	(6.983)
Total dos custos com energia elétrica	(4.682)	(8.143)

(*) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Outras receitas/ Despesas gerais e operacionais		
Pessoal e benefícios a empregados	(491)	(904)
Serviços de terceiros	(11.625)	(216)
Depreciação e amortização	(20.632)	(11)
Outras receitas e despesas, líquidas (*)	(2.399)	(1123)
Total	(35.147)	(2.254)
Outras receitas/ Despesas gerais e operacionais		
Pessoal e benefícios a empregados	(593)	(1.055)
Serviços de terceiros	(13.749)	(211)
Depreciação e amortização	(20.156)	-
Outras receitas e despesas, líquidas (*)	(2.187)	(98)
Total	(36.685)	(1.364)
(*) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.		
Controladora		
2024		
Outras receitas/ Despesas gerais e operacionais		
Pessoal e benefícios a empregados	(164)	(300)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(3.475)	(11)
Depreciação e amortização	(7.034)	(9)
Outras receitas e despesas, líquidas (*)	(757)	(693)
Total	(11.430)	(1.117)
Controladora		
2023		
Outras receitas/ Despesas gerais e operacionais		
Pessoal e benefícios a empregados	(198)	(351)
Serviços de terceiros	(4.617)	(90)
Depreciação e amortização	(6.851)	-
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.023)	80
Total	(12.689)	(361)
(*) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.		

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	10.184	13.133
(-) Tributos sobre receita financeira	(193)	(151)
Atualização de depósitos judiciais	206	197
Outras receitas financeiras	3	3
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(28.599)	(30.811)
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	(1.727)	(1.142)
Outros resultados financeiros, líquidos	(30.326)	(31.953)
Outras variações cambiais e monetárias	117	77
Resultado financeiro líquido	(20.009)	(18.694)

(1) Inclui parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional; tais como IPCA.
(2) Inclui juros sobre passivo de arrendamento, comissão de agência BNDES, entre outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.		
7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	20.075	16.260
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(6.826)	(5.529)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Resultado de participações societárias	-	9.858
Diferença de presunção de base do lucro presumido	7.023	7.005
Outras adições (reversões) permanentes	15	14
Tributos sobre o lucro	212	1.491
Alíquota efetiva	(11)%	(9)%
Corrente	(4.295)	(4.801)
Diferido	4.507	6.292

7.1.2 Tributos diferidos ativos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado e controladora
	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	42.478
Diferenças temporárias:	
Provisão para processos judiciais	615
Provisões ambientais, para desmantelamento e ressarcimento	4.844
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	1
PLR	12
Total	47.950

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado e controladora
	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.443
Efeitos reconhecidos no resultado	4.507
Saldos em 31 de dezembro de 2024	47.950

Saldos em 31 de dezembro de 2022

	Consolidado e controladora
	2022
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.151
Efeitos reconhecidos no resultado	6.292
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.443

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Consolidado e controladora
	Entre 2029 e 2033
Ativo fiscal diferido	365
Efeito líquido	365

7.1.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	7.100	2.188
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	14.202	11.304
Fundos de Investimento	81.634	60.583
Total	102.936	74.075

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,49% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Carteira Fundos exclusivos	4.452	4.449
Operações comprometidas	81.634	60.583
Total	86.086	65.032

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o Grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Fornecimento de energia	13.126	(8)
Terceiros	10.129	(8)
Partes relacionadas	2.997	-
Comercialização de energia na CCEE	4.52	(3)
Total	13.126	(8)

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Fornecimento de energia	4.452	(3)
Terceiros	3.503	(3)
Partes relacionadas	949	-
Comercialização de energia na CCEE	4.452	(3)
Total	4.452	(3)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Perdas de créditos esperadas		
Receivável esperadas	12.577	(8)
Total	12.577	(8)

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Saldos vencidos:		
Até 90 dias	376	-
entre 91 e 180 dias	6	-
entre 181 e 360 dias	136	-
Acima de 361 dias	31	-
Total	13.126	(8)

A vencer

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Saldos vencidos:		
Até 90 dias	130	5
entre 91 e 180 dias	2	-
entre 181 e 360 dias	12	-
Acima de 361 dias	7	-
Total	4.452	(3)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE:

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(6)	(7)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(2)	1
Saldo final do exercício	(8)	(6)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. b) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir

os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Saldos iniciais		
Aplicação	-	897
Resgate	(125)	(1.204)
Rendimentos	638	762
Saldos finais	6.444	5.931

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos em contratos de financiamento firmados com bancos de fomento. Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 98,86% em 31 de dezembro de 2024 (96,04% em 31 de dezembro de 2023) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora
	2024
Saldo inicial do	



Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado		Total
	Principal (I)	Juros (II)	
2025	28.972	22.235	51.208
2026	35.491	20.431	55.922
2027	42.244	17.980	60.224
2028	31.939	15.299	47.238
2029	33.863	12.920	46.783
Entre 2030 e 2034	154.750	27.293	182.043
Total	327.260	116.158	443.418

(I) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 4,81 anos (5,33 em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	297.238	324.980
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	229	-
Amortizações de principal	(24.517)	(24.604)
Pagamento de encargos de dívida	(23.807)	(25.383)
Depósitos em garantia	9.745	(8.567)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	28.599	30.812
Saldo final do exercício	287.487	297.238

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 100% dos seus contratos de dívidas com covenants. Seus principais covenants obrigam a manter certos índices, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o Resultado financeiro. As Controladas não identificaram nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual		Medição em 31.12.2024	Medição em 31.12.2023
	em 31.12.2024	em 31.12.2023		
Lagoa 1				
ICSD	≥ 1,2	1,5	1,38	

Consolidado Neoenergia S.A.:

Dívida líquida - EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,17
EBITDA - Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	2,55

(I) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras das Controladas e da Neoenergia S.A. A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados a mesma periodicidade dos covenants financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

15. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Provisões para processos judiciais (nota 15.1.a)	1.844	1.055	1.804	1.019
Provisão para obrigações ambientais	781	669	259	227
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	12.840	10.316	4.288	3.446
Provisões ressarcimentos	29.683	10.675	12.272	5.940
Saldos em 31 de dezembro de 2024	45.148	22.715	18.623	10.632
Passivo circulante	11.538	2.896	5.113	2.390
Passivo não circulante	33.610	19.819	13.510	8.242

15.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39	1.016	1.055
Adições e reversões, líquido	-	467	467
Atualização monetárias	4	318	322
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43	1.801	1.844
Saldos em 31 de dezembro de 2022	76	926	1.002
Adições e reversões, líquido	(17)	-	(17)
Atualização monetárias	(20)	90	70
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39	1.016	1.055

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Processos cíveis (I)	1.153	1.028
Processos trabalhistas (II)	-	42
Processos fiscais (III)	54.395	50.525
	55.548	51.595

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (I) **Processos cíveis:** Referem-se à resolução contratual de arrendamento com perdas e danos, cobrança e reintegração de posse e tutela antecipada. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (II) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias. (III) **Processos fiscais:** Referem-se principalmente a atos de infração fiscal sobre suposto não recolhimento e/ou recolhimento a menor da Taxa de Licença (Alvará de Funcionamento) e não recolhimento de ISS sobre contratos de fornecimento de materiais e serviços para a construção dos parques eólicos. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Processos cíveis	26	24	2	2
Processos fiscais	2.087	1.892	1.315	1.186
	2.113	1.906	1.317	1.188

15.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. (I) Provisão para litígios e passivos contingentes: O valor relacionado à parcela principal da provisão litígio é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (II) Provisão para desmantelamento e ambiental: As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. (III) Provisão para ressarcimento: A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) Provisão para desmantelamento: É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 11,72% e 10,64%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,50% ambos os exercícios. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são temporariamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 233.224, composta por 223.224.284 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, detidas integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A. **16.2 Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	20.287	17.751
Reserva legal	(1.014)	(888)
Lucro líquido ajustado	19.273	16.863
Reserva para investimento	(964)	(12.648)
Lucro líquido a distribuir	18.309	4.215
Remuneração:		
Mínima obrigatória	4.818	4.215
Dividendos adicionais propostos	13.491	-
	18.309	4.215

Natureza da remuneração:

Dividendos	18.309	4.215
Total	18.309	4.215

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Valor por ação (R\$)	
	Deliberação	Natureza da remuneração
2024		
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos	4,215
AGOE de 20 de dezembro de 2024	Dividendos a partir de reservas de lucros	53,423
		0,2393227
		57,638
2023		
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos	2,114
		0,0094655

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	Controladora	
	2024	2023
Saldos no início do exercício	4.215	2.114
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados do exercício	4.818	4.215
Declarados de exercícios anteriores	53.423	-
Dividendos pagos no exercício	(4.215)	(2.114)
Saldos no final do exercício	58.241	4.215

16.3 Reserva de lucros: 16.3.1 Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2 Reserva para investimento:** Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos. Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral aprovou a distribuição do montante de R\$ 49.676 desta reserva como dividendos. **16.3.3 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.4 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (I) contratos de compra e venda de energia elétrica; (II) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (III) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: **17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Consolidado		2023	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	2.997	2.997	1.167	1.167
	2.997	2.997	1.167	1.167
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	436	436	70	70
Dividendos a pagar (c)	-	58.241	-	4.215
Outros passivos	89	88	177	84
	525	58.329	58.854	4.299

	Consolidado		2023	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista
Ativo				
Contas a receber e outros (a) / (b)	949	949	332	332
Dividendos a receber (d)	-	7.248	-	7.480
	949	7.248	332	7.480
Passivo				
Fornecedores (b)	148	148	13	13
Dividendos a pagar (c)	-	58.241	-	4.215
Outros Passivos	29	22	51	28
	177	58.623	58.440	4.256

17.2 Transações com partes relacionadas:

	Consolidado		2023	
	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a) / (b)	21.346	9.003	(932)	(1.530)
Custos dos serviços (b)	(904)	(1.055)	-	-
Despesas gerais e administrativas	19.510	6.418		
Controladora				
2024				
Subsidiárias da Neoenergia	6.974	2.712	(321)	(885)
Subsidiárias da Neoenergia	(300)	(351)	-	-
	6.353	1.476		

17.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo do do (Pas-exer-sivo) ciclo	Resultado do do
a)	Neoenergia Coserm, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Brasília e Neoenergia Elektro	Contrato de venda de energia elétrica	IPCA	27 anos	2050	1.563	14.137
b)	NC Energia	Compra e venda de energia	IPCA	10 anos	2033	999	6.277
c)	Neoenergia Renováveis S/A	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2025	58.241	-
d)	Lagoa 2 e Canoas I	Dividendos a receber	N/A	N/A	2025	7.248	-

17.4 Remuneração da administração (pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	21.302	81.634	13.492	60.583
Títulos e valores mobiliários	-	6.444	-	5.931
Contas a receber de clientes e outros	13.126	-	8.696	-
	34.428	88.078	22.188	66.514

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	3.721	-	7.287	-
Empréstimos e financiamentos	287.487	-	297.238	-
Outros passivos financeiros	272	-	180	-
	291.480	-	304.705	-

CA - Custo amortizado; VJR - Valor justo por meio do resultado. **18.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7, (análise de sensibilidade).

18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado		Estimativa de valor justo	
	2024	2023	N	